

EDITORIAL

Daelcio Ferreira Campos Mendonça, Edmacy Quirina de Souza, Arlete Ramos dos Santos

Estamos em crise. Não se trata da banalização no uso e abuso deste vocábulo, mas do uso radical do termo *krisis*, o qual se restringe ao exato momento em que é possível discernir (o verbo cerno, *-ere*, em latim, *ligase* ao étimo grego *krinô*) a doença e desvendar a sorte do doente. É o momento em que o olhar experiente do médico observa uma mudança súbita no estado do paciente, para o bem ou para o mal; o instante em que se revelam nitidamente os sintomas da moléstia, permitindo o diagnóstico e o prognóstico (COMPARATO, 2009).

Estamos em crise? Na última década entramos em um processo de retrocesso galopante, no que tange à capacidade Estatal de garantia dos direitos público e subjetivo à educação. Os cortes dos recursos travestidos de contingenciamento, o desmonte das estruturas de fiscalização, monitoramento e avaliação destas ações representam claramente a diminuição do Estado e o desastre da fragilização da capacidade de execução do Plano Nacional de Educação de 2014, documento que orienta a totalidade de todo o conjunto de Políticas Públicas Educacionais Nacionais, pois se desdobra em planos estaduais e municipais de educação. Por fim, a Pandemia causada pela Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde no dia 13 de março de 2020, completando um ano justamente no nascimento deste Periódico, foi um ingrediente devastador para esta lógica do velho e conhecido Estado Mínimo que se arvora na execução da necropolítica vigente nos tempos atuais, escancarada pela Covid-19.

Estamos *tête-à-tête* com um neoconservadorismo, arquitetado na e das memórias e marcas profundas desta sociedade colonial escravista, fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos, pois nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades, que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade (CHAUÍ, 2021).

Estamos em crise! Os sintomas da moléstia são claros e acreditamos que permite diagnóstico e o prognóstico, no caso do Brasil, entramos em uma crise e temos como Presidente da República Jair Messias Bolsonaro – amplamente chamado de Genocida pelos jornalistas nacionais e internacionais –, negacionista, não passa pelos olhos de Marilena Chauí quando abre seu discurso na UFBA-2021 citando a frase dita pelo Presidente – “e daí, eu não sou coveiro” (BOLSONARO. J. M., 2020). – Em meio à maior crise sanitária do mundo moderno, que já matou, até o momento do fechamento desta edição 292.752 mil pessoas, no Brasil, tendo em um só dia registrado a morte de 1.910 pessoas – sem contar com a subnotificação de média de 25%, denunciada amplamente pelos pesquisadores da área.

Mas, a beleza da crise não seria justamente a sua capacidade de fazer brotar a mudança? Ser passageira é condição *sine qua non* para a crise ou ela mergulha em um paradoxismo. A crise não pode ser oximoro, como diz Boaventura de Sousa Santos (2020) em a Cruel Pedagogia do Vírus. Quando a crise é permanente ela é a própria causa, é a crise como projeto, como costumava dizer Darci Ribeiro. Então, a Pandemia (decretada pela OMS no dia 14 de março de 2020) causada pela Covid-19 é um ingrediente a mais nessa crise que quer ter justificativa para devastar. O Brasil acaba de aprovar um projeto de congelamento do salário dos Servidores Públicos (PLP 39/2020 e PLP 149/2020). Neste campo de tensões a Universidade Brasileira tem uma função muito importante, que é realizar análises por meio da ciência, em desacordo com o negacionismo científico e epistemológico do governo federal de 2021. No que se refere às análises da área de educação, observa-se um grande desafio para enfrentar a crise, pois a falta de investimentos nessa área tem sido a tônica do Estado capitalista, o que tem impactado sobremaneira no acesso aos materiais educativos pelos alunos do campo e da cidade nesse contexto da pandemia. Conforme salientam Santos e Nunes (2020), as escolas não têm a infraestrutura adequada para funcionar, principalmente, devido à falta de internet (SANTOS; NUNES, 2020).

Assim, com o propósito de apresentarmos resultados de pesquisas, sobre as políticas e a gestão educacionais é que pensamos a criação da Revista POLIGES, a qual contará com a articulação dos seguintes grupos de pesquisa, projetos ensino e de extensão da UESB:

- Observatório de Políticas Públicas e Gestão Educacional (OBSERVA-UESB-Itapetinga-DCHEL) – ação que tem como objetivo fortalecer a

investigação científica e os estudos teóricos na área das Políticas Públicas e Gestão da Educação com desdobramento para a realização de pesquisas, desenvolvimento e implementação de cursos, palestras, publicações, material didático módulos de estudos e vivências pedagógicas de forma interdisciplinar e interinstitucional.

- Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional (GEPEF);
- Grupo de estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEDCECC/CNPq);
- Especialização em Políticas Públicas e Gestão Educacional;
- Especialização em Educação Infantil.

Esse primeiro número desta Revista faz um passeio pelas discussões internacionais, nacionais e locais sobre questões importantíssimas da atualidade (2021), e traz um conjunto de textos cujo conteúdo aponta para a urgente necessidade da ampliação de nossos referenciais teóricos e analíticos sobre a Política Públicas e a Gestão Educacional, pois o Brasil tem ainda fragilidades nesse processo.

Já no primeiro texto, temos uma discussão internacional sobre violência e paz na Colômbia. Sara Velásquez Franco e Angela Camila Ayala Zambrano, no texto que tem como título *Violencias y paz en Colombia: consideraciones a partir de la política pública Cátedra de la Paz*, discutem as políticas públicas deste país, e apresentam como marco analítico os fundamentos do Ciclo Político de Stephen Ball. As autoras destacam que a violência na Colômbia representa aceitar que a ansiedade e o medo se instalaram em pequenos e grandes contextos urbanos e rurais, onde há influência dos Estados Unidos e de organismos internacionais. Ressaltam que no século XXI, houve uma busca pela redução da violência por meio de um tratado de paz com as FARC-EP, tentando inserir a Colômbia na dinâmica da geopolítica. Todavia, é nesse contexto que surge na Colômbia, a política pública conhecida como Cátedra da Paz.

O segundo texto tem como temática *Gestão democrática da educação sob os olhos e corpos de jovens internados perante a lei*, cujos autores são Washington Luis de Andrade Cardoso Junior e Maria Couto Cunha. Trata-se de uma pesquisa de mestrado que discute a gestão democrática e o direito à educação em escolas

públicas inseridas em Unidades de Internação. A investigação tem fundamentos na teoria marxista, tendo como referenciais teóricos os conceitos de hegemonia de Gramsci (1968), de Aparelhos Ideológicos do Estado, de Althusser (1985) e a docilidade dos corpos, de Foucault (1999). Traz um estudo sobre a legislação que normatiza a oferta de educação escolar para a população jovem submetida a medidas restritivas de liberdade e analisa as percepções dos sujeitos inseridos em duas escolas vinculadas a um sistema municipal de ensino e dos demais profissionais das unidades de internação (gerentes, professores, educadores sociais, alunos) localizadas em Comunidades de Atendimento Socioeducativo de Internação (CASE), sobre os limites e possibilidades da Gestão Democrática nessa realidade educacional singular. De acordo com os autores, os resultados apontam as dificuldades encontradas nas duas escolas pesquisadas de se exercitar a gestão democrática nos moldes como este princípio é colocado na legislação educacional vigente e na literatura pertinente desse campo do conhecimento.

Luciene Rocha Silva, Arlete Ramos dos Santos e Davi Amancio Lima, no terceiro artigo, intitulado *Os desafios do ensino remoto na Educação do Campo*, apresentam uma discussão sobre o trabalho docente e o ensino remoto em tempos de pandemia, tendo como base os dados de uma pesquisa tipo *survey* originada do projeto “Os desafios enfrentados pelos docentes na utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto emergencial nas atividades escolares nos municípios localizados no estado da Bahia, no contexto da pandemia da Covid-19”. A referida pesquisa foi realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e da Cidade – GEPEMDECC/UESB, no período compreendido entre abril e maio de 2020 e contou com a participação de 756 professores de diversos níveis e modalidades dos sistemas públicos e redes privadas de ensino. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário disponibilizado via plataforma eletrônica do *Google* e aplicado com professores. Os autores salientam que os resultados evidenciaram a investida na proposta de ensino remoto no campo com desvelamento das fragilidades da Educação Básica, principalmente devido à ausência de tecnologias educacionais e formação de professores para utilizar as mídias digitais.

O quarto texto, *Ações de governo para as políticas de educação em gênero e sexualidade do estado do Ceará (2015-2018)*, tem como autores: Homero Henrique

de Souza, Arliene Stephanie Menezes Pereira, Ana Carolina Braga de Sousa e Zuleide Fernandes de Queiroz. As análises apresentadas destacam que a diversidade de gênero e sexualidade na educação adquirem cada vez maior visibilidade, suscitando discussões e reflexões na grande mídia, redes sociais, dos movimentos sociais e nas salas de aula. O texto investiga a Política Pública de Educação do Estado do Ceará para Gênero e Sexualidade na Escola desenvolvidas entre os anos de 2015 e 2018 (Governo Camilo Santana) pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Como instrumentos de coleta de dados a pesquisa se pautou em análise documental de planos de trabalho, relatórios, dossiês e mensagens governamentais disponibilizados pela SEDUC e na página eletrônica do governo do Estado do Ceará. Os resultados apontam que a política de formação pedagógica sobre gênero e sexualidade no contexto investigado é relevante, porém, incipiente e desarticulada, principalmente porque ainda não é prioritária dentro da agenda governamental.

O artigo seguinte, *Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Iguai/Ba: do Golpe de 2016 ao contexto da Covid-19*, tem como autores Edcleide da Silva Pereira Novais e Daelcio Ferreira Campos Mendonça, os quais destacam uma análise do processo de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Iguai/BA e sua relação com o enfraquecimento da legislação educacional voltada para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, a partir do Golpe de 2016 até os tempos atuais (2021). As bases teóricas utilizadas foram Barreto; Rocha (2020); Brasil (2014); Saviani (2017; 2018); Lombardi (2018); Neta, Cardoso e Nunes (2018). A coleta de dados se deu por meio de pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental, cujos resultados demonstraram que existem rupturas e descontinuidades nas políticas públicas educacionais desde o Golpe de 2016, agravando-se com a Covid-19. Em relação ao Monitoramento e Avaliação do PME de Iguai/BA, a Secretaria de Educação precisa encontrar alternativas para que este processo aconteça mesmo com o distanciamento social.

O sexto texto tem como título, *Superação dos modelos hegemônicos na formação de professores do campo em Ciências da Natureza*. A autoria é de Geize Kelle Nunes Ribeiro e Wender Faleiro, os quais apresentam um estudo realizado por meio de uma análise documental de cinco Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza

no Brasil. Os autores afirmam que os PPPs analisados concebem a formação crítica/conscientizadora/reflexiva capaz de transformar a realidade local, regional e nacional a partir da compreensão do contexto social, político, econômico, cultural e educacional. Além disso, destacam que os cinco PPPs analisados evidenciam o interesse em superar esse protótipo de formação docente, trazendo como de suma importância a especificidade da formação docente para a atuação do professor no Campo.

Encerramos esta Edição com uma rica contribuição de Carina de Moraes Pereira Brito e Priscila Brasileiro Silva do Nascimento como trabalho intitulado *Agroecologia e empoderamento de mulheres de uma comunidade sertaneja do semiárido baiano*. O artigo apresenta as experiências agroecológicas desenvolvidas dentro de um grupo produtivo solidário que vem contribuindo para o avanço na busca pelo empoderamento feminino em uma comunidade sertaneja do semiárido baiano. Utilizaram a metodologia qualitativa, sendo o estudo de caso a opção demandada pela natureza da investigação. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a Agroecologia constitui uma importante via de transformação pois engendra mudanças profundas na organização produtiva formada pela força de mulheres que buscam a transformação do modo de vida no que tange o aspecto social, cultural, político, financeiro e organizacional de sua localidade.

Abraçados à utopia em Anísio Teixeira e à esperança do verbo esperar em Paulo Freire convidamos vocês a divulgarem este trabalho em todas as redes sociais e meios de comunicação. Isto posto, os três Professores que se arvoram nesta empreitada, orientados por temas centrais de suas pesquisas – Políticas Públicas Educacionais, Gestão e Diversidade – convidam à todas e todos para fazerem parte desta luta. Lembrem-se da importância de divulgarmos essas ações em todas as redes sociais. Vamos à leitura!

Referências

COMPARATO, Fábio Konder. **O direito e o avesso**. Estud. av. [online]. 2009, vol.23, n.67, pp.6-22. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142009000300002&script=sci_abstract&lng=pt, acesso em 01 de janeiro de 2018.

CHAUÍ. M. **O exercício e a dignidade do pensamento**: o lugar da universidade brasileira. conferência de abertura do Congresso 2021. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/o-exercicio-e-dignidade-do-pensamento-o-lugar-da-universidade-brasileira-conferencia, acesso em: março de 2021.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas educacionais para o campo brasileiro**. Editora Edufba: Salvador-BA. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Disponível em: <https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>. Acesso em 10 de março de 2021.